

Dados Biográficos

Nascimento - 14 de agosto de 1888, Recife - PE.

Filiação - Antônio Augusto Cardoso de Castro e Maria Tomé Cardoso de Castro.

Formação e atividades principais - Mudou-se aos dois anos de idade para o Rio de Janeiro quando o seu pai fora nomeado Auditor de Guerra da Capital Federal, realizando ali seus estudos ginasiais e a seguir bacharelando-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito daquela cidade; ainda estudante, ingressou na Secretaria de Polícia do Distrito Federal, onde trabalhou como Auxiliar de Escrita de novembro de 1905 a abril de 1907; Auxiliar de Auditor de Guerra da Justiça Militar de dezembro de 1909 a novembro de 1910; Auditor da Auditoria de Marinha em 17 de agosto de 1911, onde permaneceu por quase 20 anos; atuou em diversas ocasiões como Ministro interino do Supremo Tribunal Militar.

Em janeiro de 1919, fez parte da comissão encarregada da Reforma da Justiça Militar, de iniciativa do Ministério da Guerra, sob a presidência do Ministro do Supremo Tribunal Militar. Como membro dessa comissão, mereceu os louvores assinados no Aviso do Ministro da Guerra de 30 de novembro de 1920 pelos bons serviços prestados e em referência à sua cooperação no anteprojeto de Código Penal Militar.

Condecorações - Medalha do Pacificador.

Atividades no STM - Seguindo a carreira do pai, também Ministro do então Supremo, hoje, Superior Tribunal Militar conforme decreto de 29 de outubro de 1893 e mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal conforme decreto de 28 de outubro de 1905. Foi nomeado Ministro deste mesmo Tribunal por decreto de 03 de novembro de 1930, da Junta Governativa Provisória, sendo empossado no cargo em 10 de novembro de 1930; participou como relator da comissão de revisão do Código de Organização Judiciária e Processo Militar em 1934; em janeiro de 1941, participou da comissão organizadora para estudar a revisão do Código Penal da Armada; foi nomeado para integrar a comissão de anteprojeto do Código de Justiça Militar, por decreto de 21 de julho de 1944; ainda em 1944, atuou como relator dos

trabalhos que resultaram em anteprojeto de Código Penal Militar. Através do Decreto-Lei nº 6.509, de 18 de maio de 1944, recebeu a graduação militar, honorífica, de General de Divisão; participou da comissão de organização do 1º Congresso de Direito Militar em 1957; em sessão de 23 de dezembro de 1957, foi eleito Vice-Presidente para o biênio 1958/1959, do referido Tribunal.

Comissão - Regimento Interno, no biênio 1958/1959.

Discurso proferido - Dia do Soldado, em 26 de agosto de 1955.

Publicação - Parecer sobre o Código de Justiça Militar. Arq. Dir. Mil., Rio de Janeiro: 2(2): 101-103, set./dez. 1943.

Aposentadoria - Aposentado a pedido em 07 de maio de 1958, conforme decreto publicado no Diário Oficial de 09 de maio de 1958.

Falecimento - 28 de outubro de 1966.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A REVISÃO do Código de Justiça Militar. **Arq. Dir. Mil.**, Rio de Janeiro: 3(1): 493-94, mai./ago., 1944.

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1984. v. 1, p. 734.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Atas** sessões 48, de 05.07.1957; 49, de 03.07.1944. p. 247; 107, de 23.12.1957. p. 509; 02, de 08.01.1958. p. 11.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações: Mário Augusto Cardoso de Castro**. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar: dados biográficos 1808-1943**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 69-71.

REVISÃO do Código Penal Militar: o primeiro anteprojeto. **Arq. Dir. Mil.**, Rio de Janeiro: 2(3):398-400, jan./abr., 1944.